**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ ELEITORAL DA
69ª ZONA ELEITORAL DE LUCÉLIA/SP.****RECAND nº 0600322-28.2020.6.26.0069**

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL DA COMARCA, por seu Promotor Eleitoral que subscreve esta, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 3º da Lei Complementar nº 64/90, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA** em face de **CARLOS ANANIAS CAMPOS DE SOUZA JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, Prefeito Municipal de Lucélia, portador do documento de RG nº 35.040.239-5 SSP/SP, do CPF nº 307.106.988-01, e do título de eleitor nº 235176110175, domiciliado na Rua Ricieri Pernomian, 818, térreo – casa, CEP 17.780-000, Lucélia/SP, fazendo-o nos seguintes termos:

A coligação “POR AMOR A VOCÊ” postula o registro da candidatura de **CARLOS ANANIAS CAMPOS DE SOUZA JÚNIOR**, ao cargo de Prefeito Municipal.

Ocorre, que o referido, por R. decisão do E. Juízo da 2ª Vara de Lucélia, foi condenado, pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, sendo-lhe imposta a pena de suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de 03 (três) anos (Doc. 01).

A R sentença reconheceu a produção de dano ao erário, em razão da evidente impossibilidade do exercício acumulado das funções ditas por exercidas por servidora municipal, ordenando sua reparação, decorrendo, por evidente e em consequência, o enriquecimento ilícito resultante de tal prejuízo ao Município.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, em sucessivas manifestações, tem reafirmado que a inelegibilidade em questão contenta-se com a demonstração de prejuízo ao erário **ou** de enriquecimento ilícito.

No Recurso Ordinário nº **0604175-29.2018.6.26.0000** – São Paulo, em magnífico parecer dirigido ao Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, **HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS** assim esclareceu:

2

62. Assim, em conclusão, merece ser prestigiada a vereda interpretativa que, alicerçada em lógica disjuntiva, considera a configuração da inelegibilidade da alínea “l”, do inciso I, do art. 1º da LC n.º 64/90, tanto a condenação por ato doloso de improbidade administrativa que gera dano ao patrimônio público como a que produz enriquecimento ilícito, em favor do agente ou de terceiro. Vale dizer, uma ou outra são suficientes para atrair a inelegibilidade em tela.

63. Reitere-se que, independentemente da qualificação jurídica realizada pelo Juízo competente, a partir dos fatos assentados na ação condenatória de improbidade, a Justiça Eleitoral pode aferir a presença dos requisitos para a incidência de causa de inelegibilidade.

64. É irrelevante, ainda, que o decreto condenatório não tenha feito expressa menção aos arts. 9º e 10 da Lei nº 8.429/92, consoante adverte o já consolidado entendimento desta Corte Superior, recentemente reafirmado por acórdão de cuja ementa convém transcrever a seguinte passagem:

“(…) Ainda que não haja condenação de multa civil e ressarcimento do Erário, é possível extrair da ratio decidendi a prática de improbidade administrativa na modalidade dolosa, com dano ao erário e enriquecimento ilícito.” (REspe 29676/MG, Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 29/8/2017). (grifou-se)

Pois bem, inconformado com a R. decisão desta Instância, o candidato apresentou recurso de Apelação junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, por decisão unânime de sua 1ª Câmara de Direito Público, negou provimento à **Apelação Cível nº 1000585-66.2019.8.26.0326**, mantendo a suspensão dos direitos políticos do requerido (Doc. 02).

Em certo ponto, o V. Acórdão (em fls. 06) assim pontuou:

Ademais, bem salientado pelas contrarrazões, no sentido de que, a admissão do exercício de dupla função poderia ensejar entendimento de “que ocorreu o pagamento de duas gratificações pelo exercício do mesmo trabalho, o que também se mostra ilegal. Pois, se uma função não atrapalha o concomitante exercício da outra, na verdade trata-se do mesmo trabalho”.
(grifou-se)

Evidente, pois, a ocorrência de dano ao erário e correspondente enriquecimento ilícito decorrentes do pagamento de duas gratificações pelo mesmo trabalho.

Demais disso, consoante jurisprudência do **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, “*é lícito à Justiça Eleitoral aferir, a partir da fundamentação do acórdão proferido pela Justiça Comum, a existência – ou não – dos requisitos exigidos para a causa de inelegibilidade preconizada no art. 1º, I, L, da LC nº 64/1990 (AJ – Agravo Regimental em agravo de Instrumento nº 4101 – ORIZÂNIA – MG)*).

Em razão da decisão de Segunda Instância, e nos termos do artigo 15, parágrafo único, da Lei Complementar nº 64/90, a **Diretoria de Processamento de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça** expediu ao **Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo** o ofício nº **348/2020**, dando-lhe conhecimento dos termos do V. Acórdão (Doc. 03).

Com efeito, são condições de elegibilidade, dentre outras, *o pleno exercício dos direitos políticos*.

O pedido de registro da candidatura de **CARLOS ANANIAS CAMPOS DE SOUZA JÚNIOR** deve ser indeferido, uma vez que o mesmo encontra-se com seus direitos políticos suspensos, nos termos do artigo 12, inciso III, da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e do artigo 1º, inciso I, alínea *l*, da Lei Complementar nº 64/90.

Nessas condições, é apresentada impugnação ao registro da candidatura de **CARLOS ANANIAS CAMPOS DE SOUZA JÚNIOR**, com observância do disposto nos artigo 3º e

seguintes da Lei Complementar nº 64/90, para o fim de ser julgada procedente a presente impugnação, negando-se o registro da candidatura do referido para o cargo de Prefeito Municipal de Lucélia.

Prova-se o alegado com a documentação anexa.

Pede deferimento.

Lucélia, 28 de setembro de 2020.

João Paulo Giovanini Gonçalves
Promotor de Justiça Eleitoral

5